

diálogos insurgentes

Uma teoria crítica do direito abigarrada: a trajetória de Trigo Agudo rumo à práxis e a presença de Stutchka e Pachukanis na Bolívia

Una teoría crítica del derecho abigarrada: la trayectoria de Trigo Agudo hacia la praxis y la presencia de Stuchka y Pashukanis en Bolivia

An "Abigarrada" Critical Theory of Law: Trigo Agudo's Trajectory towards Praxis and the Presence of Stuchka and Pashukanis in Bolivia

José Gonzalo Trigo Agudo¹

¹ Universidad Mayor de San Andrés, Nuestra Señora de La Paz, La Paz, Bolivia. E-mail: gonzalotrigoso@hotmail.com.

Ricardo Prestes Pazello²

² Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: ricardo2p@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9961-0583>.

Stephanie Mercedes Meireles Aparicio³

³ Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: stephmmeireles@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5694-421X>.

Submetido em 09/07/2024

Aceito em 21/07/2024

Como citar este trabalho

TRIGOSO AGUDO, José Gonzalo; PAZELLO, Ricardo Prestes; APARICIO, Stephanie Mercedes Meireles. Uma teoria crítica do direito abigarrada: a trajetória de Trigo Agudo rumo à práxis e a presença de Stutchka e Pachukanis na Bolívia. Entrevista com José Gonzalo Trigo Agudo e concedida a Ricardo Prestes Pazello e Stephanie Mercedes Meireles Aparicio. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 51-74, jul./dez. 2024.



InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais

v. 10 | n. 2 | jul./dez. 2024 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Primeiro volume do dossiê *Pachukanis, insurgências e práxis: 100 anos de "Teoria geral do direito e marxismo"*, em coprodução com a *Revista Direito e Práxis*.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Uma teoria crítica do direito abigarrada: a trajetória de Trigos Agudo rumo à práxis e a presença de Stutchka e Pachukanis na Bolívia



Entrevista realizada por videochamada, no dia 5 de abril de 2024.

Duração de 1 hora e 36 minutos.

Conhecemos o trabalho de José Gonzalo Trigos Agudo há alguns anos, em especial quando pudemos acessar, virtualmente, as edições bolivianas das obras clássicas de Piotr Stutchka e Evguiéni Pachukanis. Publicadas, respectivamente, com os títulos castelhanos de *Las funciones revolucionarias del derecho y del estado* e *Teoría general del derecho y marxismo*, referidas edições preencheram o vazio editorial da crítica jurídica marxista na América Latina que, desde o final da década de 1980, não disponibilizava textos dos juristas soviéticos da primeira geração revolucionária. Em um ano, como este de 2017, de rememoração do centenário do livro de Pachukanis, lembrar o papel exercido por essas publicações torna-se mais do que necessário. Acessando os arquivos, encontramos a informação de que as reedições das versões espanholas dos livros, traduzidos por Juan-Ramón Capella e Virgilio Zapatero, eram da responsabilidade de Trigos Agudo. Primeiramente, em uma edição autônoma, de 2008, depois, em 2016, inserida na Biblioteca Laboral do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social da Bolívia, no período da presidência de Evo Morales. Trigos Agudo foi ministro do trabalho por dois anos, entre 2015 e 2017, e teve significativa atuação no governo que viveu a experiência da Assembleia Constituinte de 2006-2007, cujo resultado foi a Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia, referendada popularmente em 2009.

A experiência como ministro, entretanto, secunda o que o próprio Trigos Agudo diz na entrevista que disponibilizamos a seguir: o mais relevante mesmo foi ter sido advogado trabalhista de quase todas as mais importantes entidades sindicais da Bolívia (dentre as quais, com maior ênfase, lembra a Central Obreira Boliviana) e, também, professor de direito do trabalho e filosofia jurídica, notadamente na Universidade Maior de San Andrés (UMSA), em La Paz. Decorrente de sua atividade intelectual, escreveu mais de uma dezena de obras, do que destacamos *La patrofagia del neoliberalismo: o la privatización de la seguridad social de largo plazo*

(1997), *Historia y derecho: una visión de los pueblos dependientes y naciones originarias* (2000), *Filosofía del derecho: prehistoria del pensamiento jurídico* (2000-2003), *Justicia comunitaria* (2005), *Épica y problemática de la Federación de Trabajadores Fabriles de La Paz en tiempos de su fundación* (2014), *El sindicalismo en Bolivia, 1935-1952* (2020) e *Apuntes sobre la masacre de navidad* (1997-2023).

O estímulo para realizar a conversa adveio da extrema gentileza e humildade com que respondeu nosso pedido para que autorizasse a tradução de seu prefácio à edição boliviana da obra máxima de Stutchka, incluída na edição brasileira de *O papel revolucionário do direito e do estado: teoria geral do direito* (Cf. Trigo Agudo, 2023). Assim é que, desde 2021, viemos fazendo interlocuções, tanto sobre suas publicações do debate jurídico soviético (compreendendo aí sua participação ao ministrar a aula de abertura do minicurso de lançamento do livro de Stutchka, organizado pelo Grupo Temático de Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, em 2023) quanto sobre a teoria crítica do direito na Bolívia, da qual ele é eminente integrante.

O advogado, professor e ex-ministro (respeitando a ordem de importância identificada, pelo próprio Trigo Agudo, em sua trajetória) conta, na conversa que apresentamos aqui, sua paixão pelos livros, cultivada desde a infância a partir de seus pais professores. Com a mesma paixão, e sempre com imensa humildade, relata sua inserção na militância política boliviana, atravessada pelas turbulências que marcaram a história da Bolívia, e que o fizeram assistir, ainda criança, a seu primeiro golpe de estado, da janela de casa. Depois, já nos anos de formação universitária, na UMSA, viu a mesma turbulência ferir a universidade, a qual era fechada ou reaberta ao sabor de cada novo golpe militar. O verdadeiro juramento que fez, ao se formar, de que se comprometeria com a prática da advocacia a serviço do movimento sindical boliviano também é ponto alto de seu relato, trazendo à luz um verdadeiro assessor jurídico popular, como preferimos dizer desde o Brasil. A partir daí é possível compreender suas opções político-ideológicas, inclusive sua adesão ao Partido Obreiro Revolucionário (POR). A cereja do bolo será, sem dúvida, sua experiência como ministro, contexto no qual revela como se deu o processo editorial para publicar as obras de Stutchka e Pachukanis, além de outros cerca de 60 livros, todos disponibilizados gratuitamente na rede mundial de computadores. Por fim, vale ressaltar que Trigo Agudo apresenta, com grande ânimo, a importância da atividade política e produção teórica de grandes nomes da intelectualidade boliviana, nomeadamente Guillermo Lora e René Zavaleta Mercado. A propósito, quando perguntado a respeito da importância deste último (formulador, por exemplo, da impactante tese acerca da Bolívia como sociedade *abigarrada*, quer dizer,

multicolorida, variada, indiferenciável a não ser em momentos de crise) nosso entrevistado sublinhou: “não há discurso político na Bolívia que não diga: ‘como disse Zavaleta Mercado, dois pontos, aspas e alguma frase solta de Zavaleta’. Então, todo aquele intelectual que faz política na Bolívia, necessariamente, está com ele”. Por isso, ele mesmo reconhece que é inevitável fazer uso de tal recurso e lembrar compreensão clássica de Zavaleta, para avaliar o papel dos intelectuais em seu país: “Zavaleta dizia que os intelectuais na Bolívia têm alguma importância devido à grandeza dos trabalhadores e do sindicalismo boliviano, da luta dos trabalhadores. Então, isso é o que ocorreu”.

Assim, damos a conhecer a presente entrevista, que foi realizada em espanhol (ou melhor, emportunhol), por meio de plataforma virtual, a 5 de abril de 2024, tendo sido organizada e conduzida por Ricardo Prestes Pazello, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Stephanie Mercedes Meireles Aparício, mestranda em Direitos Humanos e Democracia pela mesma instituição. A proposta de entrevistar Trigos Agudo decorreu da oferta da disciplina de “Teoria crítica do direito na América Latina”, ministrada por Pazello, no segundo semestre de 2023, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, cursada por Stephanie Aparicio. A transcrição da conversa buscou manter, ao máximo, seu caráter informal, adaptando apenas algumas frases para mais fácil entendimento do público leitor.

Desejamos que todas e todos possam aprender sobre a trajetória desse grande intelectual comprometido com uma práxis, não só jurídica mas também política, de transformação social em Nossa América. Como ele próprio diz, a única coisa do que se jacta é ter lutado contra o neoliberalismo, assim como contra ditaduras e o fascismo latino-americano (que voltou a rondar o povo boliviano, inclusive pouco depois da realização desta entrevista). Por isso, a partir de uma Bolívia *abigarrada*, podemos dizer que, a nosso juízo, produziu o diagnóstico do *abigarramiento* que deve conduzir o estudo de sua teoria crítica do direito. Vale a pena conhecê-lo!

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais (IPDMS): Professor José Gonzalo Trigos Agudo, poderia nos contar um pouco sobre como foi a sua trajetória intelectual e política, incluindo sua chegada ao cargo de ministro do trabalho, emprego e previdência social?

José Gonzalo Trigos Agudo: Na realidade, suponho que o mais importante é ter me formado como advogado trabalhista e, nesse afã, junto com muitas outras pessoas, obviamente, ter conseguido, mediante a luta dos trabalhadores do campo

e da cidade, erradicar, se quiserem, o neoliberalismo na Bolívia, desde as lutas de 1996 e 2000 até o que hoje denominamos de “Governo de Processo de Cambio”, já como conquistas pessoais, acompanhados sempre do que foi a luta dos trabalhadores na Bolívia. E, a meu modo, vou cair no clichê de Zavaleta Mercado: “como disse Zavaleta Mercado...” Zavaleta dizia que os intelectuais na Bolívia têm alguma importância devido à grandeza dos trabalhadores e do sindicalismo boliviano, da luta dos trabalhadores. Então, isso é o que ocorreu.

Sou docente catedrático da Universidade Maior de San Andrés (UMSA), em La Paz, no curso de Direito. Ministrei aulas de Sociologia Jurídica, Teoria Geral do Estado, História Jurídica e Política da Bolívia e ministro, atualmente, Direito do Trabalho, que é minha especialidade, e Filosofia Jurídica. Eu cheguei a ser assessor jurídico da maior parte das organizações sindicais na Bolívia, desde 1991 até 2015. Eu fui assessor da Central Obreira Boliviana (COB), a maior entidade sindical da Bolívia, da Federação de Mineiros, da Confederação de Trabalhadores Fabris, da Confederação de Camponeses, de professores, da saúde, gráficos etc. etc. Mas essas são as mais fortes, as mais importantes. E, como parte de tudo aquilo, eu imagino que, como algo muito tangencial e paralelo, eu cheguei a ser ministro do trabalho. Ainda assim, considero que o importante na minha vida foi ser advogado trabalhista e docente na universidade.

InSURgência: Considerando sua atuação como assessor da Central Obreira Boliviana, poderia compartilhar sua opinião sobre o papel e a influência da COB no cenário político e social da Bolívia, especialmente em termos de representação dos trabalhadores e sua participação nas decisões políticas do país?

Trigo Agudo: Há uma primeira época, desde a fundação da COB, a 16 de abril de 1952, produto da revolução nacional do 9 de abril desse mesmo ano, o fato mais importante na história da Bolívia, que implica a fundação também da COB. A COB teve, então, um primeiro período histórico glorioso e lendário, que se dá desde 1952, primeiro como aliança de organizações sindicais, de 1946 a 1952, e, depois já fundada formalmente em abril de 1952, que vai até 1985. Principalmente, a luta contra as ditaduras militares, mas também a vocação de luta contra o imperialismo. A COB chega a se posicionar de tal maneira que se converte na possibilidade, no canal, na via para chegar ao socialismo na Bolívia, tanto em 1970-71, como entre 1982 e 1985. Nenhum partido político ou revolucionário tinha a capacidade de fazê-lo sozinho, então era por meio da COB. E claro que a luta da COB foi lendária, seus movimentos também o eram, mas, em 1985, com o neoliberalismo, mudou a situação. Foi destruída a vanguarda da COB, a coluna vertebral, que era a Federação de Mineiros. Os sindicatos mais importantes foram destruídos porque se fecharam as minas, seja porque eram improdutivas ou

porque foi a política governamental para eliminar a força da COB. A partir desse momento e da globalização mundial da economia e do neoliberalismo, a COB perde muito terreno. Mais que isso, há um período obscuro em que a direção da COB – estamos falando a partir do ano de 1990 – se alia e ingressa em aliança com o neoliberalismo, os dirigentes recebendo inclusive salários do Ministério do Governo e do Ministério do Trabalho. É um período que cobre uns seis anos, até que se recupera. E começa a luta, primeiro, por recuperar os sindicatos, a partir de 1996, e, depois, por recuperar o país. O início da luta pela recuperação do país é a partir de abril de 2000, a Guerra da Água; em outubro de 2003, a Guerra do Gás. E, com as tremendas mobilizações que se realizam com a COB e outras entidades e movimentos sociais, é que se logra, finalmente, nas eleições de dezembro de 2005, recuperar o país para o campo popular. Por não haver triunfado Evo Morales, em dezembro de 1985, pela via eleitoral – que era o que se supunha, iria ganhar as eleições, mas não iria ter a maioria necessária e, então, não chegaria à presidência –, o que se estava gestando era uma guerra civil. Os militares, o fascismo, estavam se organizando, e, por nossa parte, os trabalhadores, estávamos preparando também a via armada para a tomada do poder.

O triunfo de Evo Morales cancelou tanto o golpe militar – os 54% que obteve o governo histórico de Evo Morales e Álvaro García, em votação, cancelaram a opção do golpe militar fascista. Mas, ao mesmo tempo, cancelaram também o levantamento, a insurreição popular de esquerda. E, bem, já a partir de 2006, a COB se funcionalizou ao governo, entendendo que tanto o governo de Evo Morales como o de Luis Arce intentam ser governos do povo, governos dos trabalhadores, governos das organizações sociais. Então, a COB, apesar de alguns momentos de exceção, desde 2006 é uma aliada do governo. E essa é a situação atual.

InSURgência: Uma síntese apertada, mas bastante rica, porque é algo incrível este cenário mais amplo. A propósito, nós também gostaríamos de saber como, neste contexto, algumas coisas puderam se dar. Vamos agora nos referir ainda mais a sua formação pessoal, mas em enlace com estes contextos. Por exemplo, de que maneira e em que linha se desenvolve o marxismo em sua formação pessoal? É pelo caminho da universidade ou pela luta dos trabalhadores, camponeses e indígenas? Além disso, o marxismo dos juristas soviéticos para a análise do direito apareceu em que momento? A pergunta gira em torno, então, do marxismo, do marxismo na Bolívia, do marxismo no direito: como você poderia se referir a isso, no sentido da sua trajetória pessoal e na evolução das ideias do contexto boliviano?

Trigo Agudo: Olha, como um produto da situação política no país, o reflexo disso em minha família foi que eu, desde criança, já tive consciência do que eram os golpes militares, com o primeiro golpe militar a 4 de novembro de 1964, o golpe

do general René Barrientos. Na ocasião, lançaram sinalizadores para o céu, e eu, menino, despertei, olhei pela janela e vi umas luzes bonitas caindo do céu, já se ouviam os disparos, mas, claro, meus pais, imediatamente: “ao chão! O que fazes aí?” Colchões nas janelas, todos a dormir no chão, era o golpe, o golpe militar. Então, quanto a estes golpes, obviamente, já os conhecíamos, mas isso mesmo gerava, na situação de pressão, que nas casas não se falasse muito. No jantar ou no almoço, estavam falando os pais, os familiares, mas sempre estavam calando coisas e chegava a um ponto em que os filhos eram postos para fora. Mas se falava de Che Guevara, da guerrilha, se falava de situações. Depois eu me interessei de que a família tinha aí alguma atividade ligada, mas era isso, quer dizer, até o dia de hoje, quando eu pergunto, ninguém na família responde, por que em casa tínhamos munição, munição em grandes quantidades, de fuzil Mauser. Então, a esse momento com meus pais já muito, muito velhos e os demais sorriem, ninguém dá uma explicação. Então, a classe média intelectual, a família da qual eu venho, estava contra a ditadura militar, mas, além disso, houve uma vantagem: minha mãe é professora e meu pai é professor também, ademais graduado em filosofia, licenciado em filosofia e em direito, então, em casa, tínhamos biblioteca.

InSURgência: Você pode dizer os nomes dos seus pais para que possamos registrá-los?

Trigo Agudo: Claro que sim, minha mãe, Ruth Agudo, e meu pai, Ricardo Trigo. Então, ele até o dia de hoje, em que já está perdendo a vista, mas, assim, continua fanático da leitura, quer dizer, exagerado no tema, e tem uma grande biblioteca, uma linda biblioteca. De tal forma que, em uma época em que não existia a internet, não existia a fotocópia, pelo menos na Bolívia – aqui as fotocópias chegaram por 1977, 1978, e eram muito caras –, então, a única maneira de acessar era uma biblioteca pública, sendo que era muito difícil se mover. Mas não era necessário, porque nós tínhamos em casa, e, claro, as mães dos garotos do bairro, estivessem ou não no mesmo colégio, todas as mães mandavam seus filhos para minha casa para fazer as tarefas. Por quê? Porque havia biblioteca. Hoje em dia não seria necessário, a internet resolve, o celular nós o temos à mão, mas funcionava assim. Então, desde muito jovem, eu fui, seja por vontade própria ou por pressão, levado a ler.

Desde os 7 anos eu já tinha hábito na leitura e isso facilitou, porque, a partir dos 12 anos, eu já estava lendo Kierkegaard, Sartre, ou seja, foi uma formação muito precoce, e, já por 15 anos, no meio dos anos de 1970, eu já comecei a ler Fausto Reinaga, que é o principal escritor indigenista, indianista da Bolívia. Então, era outra mirada, era outra visão, porque até aí a classe média brancoide era, então, diferente, a situação do racismo etc., mas com Reinaga era abrir-se a outro mundo.

E junto com isso, por esses mesmos anos, eu lia o *Manifesto comunista*. E o *Manifesto comunista* foi, pois, alquímico, ou seja, abriu totalmente a minha mente. Mas, sim, era distinto, claro. *A revolução índia* foi o primeiro livro que eu li de Reinaga, e já com isso era suficiente, eu podia ler mais de Reinaga, mas ali eu tinha acesso a tudo. Igualmente, o Marx do *Manifesto comunista* me abriu de tal maneira que muito depois eu continuei lendo Marx, mas já o tinha, já sabia de que se tratava.

Então, me liguei, um pouco anarquista, à luta geral que se vivia contra a ditadura e, claro, nesse período na Bolívia de 1978 a 1982, em que houve oito meses de governo semidemocrático e uns seis, oito meses de ditadura militar, nesse período, já me interessava por entrar na universidade. Então, a universidade não era o que hoje em dia é na Bolívia, e o que, por exemplo, eu vi em São Paulo ou em Buenos Aires, não! Era, pois, um ninho de guerrilheiros e de comunistas marxistas, todos, na maior parte, com barba, boina, a moda entre *hippies*, Che Guevara, esse ideal, não? Mas com os governos militares, logo que se dava o golpe de Estado, vinha o fechamento da universidade. Então você estava estudando seis meses, fechavam a universidade, uns oito meses que se reabria, outra vez se fechava, e isso já me inclinou definitivamente à esquerda. Foi uma formação individual, pessoal.

Até o ano de 1983, eu já estava nos sindicatos clandestinos, no órgão judicial, no poder judicial, então isso levava a que havia que se preparar. Depois assumi cargo nos sindicatos, pois o nível teórico das pessoas era altíssimo, vinham de partidos, na maior parte estavam no Partido Comunista, tanto pró-Pequim, pró-Moscou, o trotskismo etc. Então, era gente que vinha com muita formação, e para discutir ou falar na assembleia, se não havia leituras prévias, era impossível. Assim, me abri à leitura, principalmente Marx, Lênin, Engels, Che e outros. Eu li bastante, li de todas as organizações e, finalmente, assumi militância no POR, o Partido Obreiro Revolucionário Trotskista Guillermo Lora.

A vantagem do POR, mais do que nas outras organizações, era de que havia obrigação de ler, pelo menos eram quatro livros por semana, e era muito complicado, havia muitas coisas que eu não conhecia. Ainda assim eu vinha com uma enorme formação desde os 7 anos, quer dizer, conhecia bastante, imagino que foi muito mais difícil para os militantes que recém se incorporavam a uma disciplina de estudo. E então, claro, entre a universidade e a militância, o importante era a militância, quer dizer, não havia nada aí que discutir: se tem que ir à mobilização, se tem que viajar às minas, então tem que fazer, mesmo que perca os exames finais em uma ou todas as matérias. Até hoje não me arrependo, não há pena por isso. Era o que se vivia no país, e também na América do Sul e no mundo. Foi outra época. Então, foi assim. Uma vez que, em 1985, a 29 de agosto, com o Decreto Supremo nº 21.060, se impõe o neoliberalismo na Bolívia, logo, junto com

os trabalhadores, se dá a luta, uma luta de mais ou menos um ano, um ano e mais, com estados de sítio, detenções e tudo o que supunha, apesar de ser um governo democrático neoliberal. E, então, já há uma situação de diminuição na possibilidade da atividade política, não só a Perestróica e a posterior caída do muro de Berlim, em que pelo menos 90% dos militantes marxistas na Bolívia, mesmo os quadros dirigentes, passam ao neoliberalismo, ou seja, declaram-se em crise e se dedicam a pensar, a repensar como o movimento de trabalhadores vai se articular no neoliberalismo. Eu não fui desses, eu mantive minha posição, mas, claro, já era uma situação de isolamento, éramos poucos, as organizações políticas caíam, a Central Obreira começava a ser parte do neoliberalismo, conscientemente, a suas expensas, então não restava mais do que voltar à leitura para entender o que acontecia e o que tinha de ser feito.

E, bem, esse é o trabalho dos anos seguintes até o dia de hoje. Em relação ao marxismo, a Bolívia que eu conheci foi um país que, entre os anos 1960, 1970 e 1980, se tingiu de vermelho, foi marxista em todas as suas versões: quanto ao Partido Comunista, o Partido Comunista da Bolívia, pró-Moscou; o Partido Comunista Marxista-Leninista, Pequim; o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Exército de Che; as outras variantes menores guerrilheiras que se organizaram na Bolívia; o Partido Socialista-1, da social-democracia, mas muito radicalizado; e umas três versões muito fortes do trotskismo, ligadas ao POR ou organizações principalmente vindas da Argentina, que se organizaram aqui, como Nahuel Moreno e outros, Altamira também, no caso do Partido Obreiro (PO). E, bom, essa era a situação, os debates que se produziam.

Em matéria jurídica, é muito pouco o que se pode observar, mesmo os docentes que eu tive nos anos de 1970 e 1980 sendo, em 90%, militantes de esquerda.

InSURgência: Desculpe, qual foi o período de tempo de sua graduação na UMSA?

Trigo Agudo: Uns oito anos, desde que começaram os anos de 1980, finalizando a década. Mas, claro, no fim dos anos de 1970, se abriram cursos pré-universitários que não avançavam, porque vinha o golpe militar, se fechava a universidade, outra vez se abria o pré-universitário, outra vez se fechava e, então, essa foi a história até 1982. Todo o conhecimento desses docentes, do fim dos anos 1970 e 1980, dava uns 90% de docentes militantes de esquerda. Docentes que estiveram com Che Guevara, foram do aparato urbano clandestino, que se encontraram com ele em La Higuera, em Ñancahuazú, quer dizer, pessoas que vinham dessa formação, ou do Partido Comunista ou do Partido Socialista, com uma antiguidade de militância de 30, 40 anos, quer dizer, já quadros desenvolvidos. Mas quanto ao marxismo, em primeiro lugar – eu suponho que é porque fazer política nos anos de 1960, 1970,

1980 foi muito difícil –, esses docentes, pelo motivo que for, não tiveram prática judicial, não estiveram em tribunais ou eram muito teóricos, eram muito políticos, muito teóricos e era sujar as mãos ir ao tribunal.

É evidente que conheciam Marx, conheciam Engels, sabiam algo de Lênin, alguma outra coisa a mais, claro, havia docentes, professores, mas era isso, era um marxismo clássico. E, claro, isso nós estudávamos, em particular eu, mas não era mais que o *Manifesto*, os *Princípios do comunismo*, o *ABC*, a *Origem da família*, mas isso já sabemos. Ou seja, o que mais? Em direito agrário, suponho que posso entrar em muitas mais coisas, em um país como a Bolívia, com as tradições culturais, comunais, desde o Tiahuanaco e antes, o direito agrário não pode se esgotar na *Origem da família* e algumas outras coisas. Mas nossos docentes tinham, digamos, até aí essa qualidade, então fomos uma geração de ruptura, sem ter feito um juramento formal, mas todos nós nos propusemos ser advogados litigantes, trabalhar no tribunal, levar em frente processos, porque como se pode falar de direito, segundo o critério que nós tivemos nos anos 1980, se não se conhece memorial, processos, audiências etc. Então, dessa maneira, a maior parte dos docentes da minha idade têm essa formação de docentes de tribunal, litigantes.

Em segundo lugar, eram muito poucos. E aqui, então, entro em parte da sua pergunta sobre quais docentes tinham algo mais a dar, a dizer. E são os que estavam ligados à cátedra de direito do trabalho, é interessante como eram os que ministravam direito do trabalho. E possivelmente um autor, um docente distinto, Carlos Böhrh Iraholá – um de seus artigos, de meados dos anos de 1980, está na *Revista de derecho y ciencia política* (UMSA, n. 58, 1986) – era muito profundo, da vertente do Partido Socialista-1, mas que avançou bastante teoricamente, todo seu desenvolvimento e aprofundamento do marxismo. Sem dúvidas, acabou sendo autoridade do general Banzer, da Aliança Democrática Nacionalista (ADN), ou de Gonzalo Sánchez de Lozada, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ou de Jaime Paz Zamora, do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Concluiu sua exitosa carreira de intelectual marxista de esquerda nisso, mas, nos anos de 1980, era uma pessoa que lia outros autores, incorporava na leitura Gramsci, incorporava Godelier, incorporava uma série de outros autores, de que não se conhecia muito. E, pior, aqui na Bolívia, La Paz, entre a selva amazônica e a Cordilheira dos Andes, encerrados, muito dificilmente os livros podem chegar aqui, é diferente do que nos portos, então, tudo com atraso. Bem, entre os laboristas, temos o doutor Aníbal Aguilar Peñarrieta, igualmente advogado litigante, assessor histórico também de trabalhadores, publicou uns três, quatro livros. Seguramente, seu folheto contra o neoliberalismo, o mais importante, é *Neoliberalismo versus derecho social*. Mas, em seus memoriais e na sua forma de ser,

apesar de, no fundo, ele ser nacionalista, revolucionário de esquerda, incorporava um discurso interessante marxista e, na sua biblioteca, é onde eu encontrei, por exemplo, o autor Hartmann, Nicolai Hartmann, *Ontologia*, 3 tomos, que, sem nenhum problema, o doutor me emprestou.

E mais, já que estamos nisso, e vale ter em conta, na *Revista de derecho y ciencia política*, de meados dos anos de 1980 que eu citei, incluiu a introdução de Pachukanis, de *Teoria geral do direito e marxismo*. Foi então, quando vi a revista e li Pachukanis. Havia referências soltas em outros autores, mas de Pachukanis havia muitas páginas dele ali. Então, consultando os professores que eram os encarregados de redigir a revista, soube que o responsável fora Aníbal Aguilar, e, dessa maneira, anos depois, falando com o doutor, em sua biblioteca, disse: “você tem Pachukanis?” “Sim”. “Não há, na Bolívia, Pachukanis”. “Então, leve-o, tire uma fotocópia, não se preocupe”. Algo interessante era que todos os livros que se via em sua biblioteca tinham sido estudados, estavam sublinhados com anotações, não sempre terminados, mas os primeiros capítulos estudados, e se nota com atenção, em alguns incluía fichas, até. Então, o exemplar que eu obtive de Pachukanis, que depois publiquei, provém do doutor Aníbal Aguilar Peñarrieta. E junto a ele está Isaac Sandóval Rodríguez.

Isaac Sandóval Rodríguez, possivelmente, é o advogado mais intelectual e mais bem preparado no marxismo que existiu na Bolívia. Ele, igualmente, desde os anos de 1970, esteve ligado como assessor histórico, foi ministro do general Juan José Torres Gonzáles, em 1970, até o governo da ditadura de Banzer, durante um ano, muito jovem, uns 31 ou 33 anos, ou seja, já estava ligado nessas questões. E já tinha escrito mais de vinte livros, tanto sobre política quanto sobre história, como sobre direito do trabalho, e, bom, já o doutor incorpora Althusser, Poulantzas, Gramsci, Marta Harnecker, enfim, já incorpora uma série de outros autores que eram vistos com desconfiança, ou havia muito pouco, e os partidos de esquerda, muito clássicos, protestavam de que fossem lidos esses textos, era como que proibido lê-los. Mas Isaac Sandóval teve uma produção muito importante, comprada, adquirida pelos alunos, ou fotocopiada e, claro, ele morreu faz uns 7 anos, 8 anos atrás, mas ele incorporou a análise do neomarxismo, do marxismo pós-soviético, ao estudo na Bolívia, pelo menos do ponto de vista marxista e no aspecto jurídico, então, aí se radica sua importância.

E depois há o doutor Manuel Morales Dávila. Doutor Morales Dávila, igualmente nacionalista revolucionário de esquerda, integrado ao marxismo, seguramente por necessidade da época, um advogado histórico dos trabalhadores, perito em direito laboral e em direito constitucional. Foi ele quem começou a falar de Ferdinand Lassalle, por exemplo, que o resto dos constitucionalistas não falavam. Além de

tudo, de luta, um colega na luta, colega litigante, que escrevia algumas coisas e ministrava umas aulas maravilhosas, que potenciavam para a luta.

Então, eu creio que esses são os três mais importantes, pelo menos em matéria jurídica, os que abrem os olhos dos que, naquela época, estávamos estudando e nos permitem incorporar, a saber, não só o tema da revolução, porque até aí era a revolução. Haveria de se sacrificar o pai, a mãe, os filhos, tudo por uma revolução, tudo era a revolução. Mas, então, quando parecia que isso podia se dar, ou quando acreditávamos, talvez, ilusoriamente, que isso iria se dar, havia perguntas nas células, nos círculos de militantes, e os de economia: como vão administrar a economia? Quer dizer, não é só nacionalizar, estatizar, mas como vai ser na vida real? E nós nos dizíamos: como vai ser o direito? Se instaurarmos a ditadura do proletariado, o governo operário-camponês, como vai ser o direito? Ou seja, quem teria que criar o sistema jurídico? Nós nos olhávamos e dizíamos: Isaac Sandóval! Mas são três ou cinco. E o sexto teria que ser essa militância de esquerda, mas que, dizíamos, nos estamos formando. Então, isso dava para começar a desenhar, a pensar um pouco mais além, e atrair as teorias, como a de Pachukanis, à realidade, quer dizer, o que disso me serviria para organizar uma administração judicial na Bolívia? E digamos que foi a aproximação ao marxismo e a Pachukanis.

InSURgência: Então, podemos dizer que o seu encontro com Pachukanis se deu pelo exemplar de Aníbal Aguilar Peñarrieta?

Trigo Agudo: Sim. Assim, em alguns textos, de Cerroni, por exemplo, se falava de Pachukanis, mas eram frases soltas. Obviamente, nós as analisávamos, mas, para começar, como saber se Cerroni tinha razão? Haveria que estudá-lo mais. E é sempre assim: o que diz Pachukanis? Porque por frases não vamos conhecer, já dava uma ideia, mas: como é? Então, na publicação da *Revista de derecho y ciencia política* e no texto obtido de Aníbal Aguilar: dessa maneira foi o encontro.

InSURgência: A tradução da introdução que foi publicada na revista da UMSA é a tradução espanhola do livro de Pachukanis?

Trigo Agudo: Sim, a tradução é a espanhola, a clássica com a capa verde e amarela, de Virgílio Zapatero, é essa. Porque na *Revista de derecho y ciencia política* já se dão os dados editoriais e se publica a introdução. Então, apesar de haver muito mais material para ler de Pachukanis, também há os dados, e tudo isso é como ouro, já que se pode não saber que livro exato, que editora, como procurar, então, aí estão os dados. E quando eu tive acesso à biblioteca do doutor Aníbal Aguilar Peñarrieta, então pronto, esse é o mesmo, e, com 100% de segurança, dali

saíram o que se publicou na *Revista de derecho y ciencia política*, que é também o mesmo que depois eu publiquei, é a mesma fonte.

InSURgência: Só uma curiosidade a mais, Stutchka você conheceu neste momento também?

Trigo Agudo: No caso de Stutchka, desconheço se algum dos colegas que eu mencionei, Aníbal Aguilar, Isaac Sandóval, Manuel Morales ou outro, tivesse acesso a Stutchka, porque não se falava nem de Pachukanis nem de Stutchka. Depois, Aníbal Aguilar começou a falar de Pachukanis, mas, assim, lê-los não implicava incorporá-los ao ensino, parece que mais era um conhecimento enciclopédico, nem sequer eram citados nos julgamentos, em memoriais, sei lá o que se podia desenvolver de alguma maneira. Quer dizer, era como um conhecimento enciclopédico e, não sei, uma acumulação de livros, que é importante, não importa que não leia, não explique, mas o livro está aí, alguém vai chegar, eis a importância das bibliotecas. No caso de Stutchka, não. Mesmo que já na década de 1990 tivéssemos notícias de Stutchka, havia vários livros de divulgação que falavam de Stutchka, não era muito. Quer dizer, se conhecia que existia, mas como o conseguir? Então, foi por meio de uma organização política, no fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000, de uns professores brasileiros, ligados à LIT, a Liga Internacional Trotskista, que aqui seu equivalente é o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), com origem de Nahuel Moreno. Então, esse delineamento mostra a importância, digamos, do que vocês estão fazendo, o rastreio da importância das organizações políticas. Esses professores universitários publicaram o primeiro capítulo de *O papel revolucionário do direito e do estado*, de Stutchka. Então, a notícia chegou à revista desta organização, *Marxismo vivo*. E, claro, vieram me perguntar, não é: “Gonzalo, você comprou este número?” “Mas já venha me vender”. Folheando, estava a notícia: professores brasileiros traduziram o primeiro capítulo para o português e o publicaram. Então, aí tem um primeiro capítulo publicado. E, então, comecei a buscar, por todo lado, falar com esses companheiros trotskistas, para saber como eles podiam ser contatados para que chegue esse primeiro capítulo, se não o livro inteiro, de onde eles o tiraram. Mas depois tive a sorte de estar em São Paulo e lá, na universidade, então, procurando os livros – porque estavam as organizações políticas vendendo seu material – encontrei-o. Então, comprei o texto e, para mim, se fez a luz. Eu disse: já tenho o primeiro capítulo, e se no Brasil não há mais, bem, já está bom. Então, eu estava hospedado na casa de um docente, que era Oswaldo Coggiola. E Oswaldo Coggiola, um argentino que vive há 30, 40 anos no Brasil, me recebeu em seu domicílio. E um dia me disse: “conhece minha biblioteca?” “Claro, sua biblioteca na universidade, uma sala bastante grande e cheia de livros”. O que se

via em sua casa, era uma sala muito maior e cheia de livros. Ele disse “minha biblioteca, minha biblioteca! Então, vou mostrar – a uns 5 metros da edificação principal de seu domicílio –, esta é minha biblioteca. Esta é a terceira biblioteca. A ditadura militar destruiu duas bibliotecas quase do mesmo tamanho”. Então, na sua biblioteca, que era algo como de 10 metros de altura, como um armazém cheio, absolutamente cheio de livros. Então, no começo, eu quis escolher alguns: “me empresta?” “Não, não empresto! Mas deixa indicado, com alguns cartões coloridos, coloca o sinalizador e vou fotocopiar para você e não vou cobrar. Mas não muitos porque você não vai poder levar na sua mala, no retorno”. Então, comecei a procurar, procurar, procurar... e aí eu disse: “e, por acaso quem sabe, você teria este livro?” “Ah, a publicação da LIT”, me disse. “Claro que eu tenho, mas, além disso, eu tenho o original em espanhol”. E me levou onde estava, pegou e me entregou: “eis o Stutchka”. Realmente, a viagem foi produtiva, porque nem sequer teria que traduzir o livro dos colegas brasileiros, eu o tinha inteiro, inteirinho, o Stutchka. Então, uma das melhores lembranças que trago do Brasil.

InSURgência: Sendo um conhecedor da teoria de Pachukanis, como você vê a recepção, na comunidade jurídica boliviana, das ideias de Pachukanis, para saber se houve ou não oposição, e como ela influenciou na sua posição e atuação política no contexto de seu país?

Trigoso Agudo: A leitura de Pachukanis ajudou muito a entender o tema do direito. Com todas as complicações, obviamente, nem sequer hoje em dia poderia dar uma definição de direito, mas mudava a perspectiva, porque até aí só era que o direito nasce com a luta de classes, a divisão da sociedade, proprietários e não proprietários, e se extinguirá, é um instrumento de dominação, e isso era o que se manejava. Mas com o Pachukanis mudava totalmente a visão. Quer dizer, no começo, era, inclusive, muito difícil de ler, de entender. Mas era outra visão. Então, isso dava condição para localizar que, na União Soviética, não se ficava apenas com seu marxismo enrijecido, mas que havia o intento de explicar. E, claro, isso era o que mostrava Pachukanis.

Depois, já pela formação trotskista, se entendia facilmente como o regime fuzilou Pachukanis, e era o mínimo que o homem podia esperar em uma situação assim. Em que ajudou? Na elaboração de muitos artigos, digamos, para serem publicados. Na elaboração de projetos de lei, de decretos supremos que, com os sindicatos, apresentávamos aos governos, para alcançar concessão de direitos ou para lançar os trabalhadores à luta. Ainda mais, lamentavelmente, por razões que, neste momento, não valeria a pena apontar, para a elaboração do projeto de lei geral de trabalho de 2007, que ordenou projetar o presidente Evo Morales, se aplicou Pachukanis. E o projeto que, claro, já é muito difícil que nas condições

atuais se aprove, mas o projeto de lei geral de trabalho que se tivesse aprovado na Bolívia, tinha a base de Pachukanis. De Pachukanis e Stutchka. Ambos autores são a base desse projeto. Então, havia a intenção de levar à prática o pensamento de Pachukanis e de Stutchka, entendidos como um par que viveu essa aventura da revolução russa.

InSURgência: Uma última questão sobre Stutchka e Pachukanis, ainda. Como foi o processo editorial no Ministério, sob o governo Morales, das duas publicações? São coisas quase operacionais, mas achamos que há política em tudo, inclusive em um processo editorial. Como poderia resumir isso para nós? Como foi essa decisão e a viabilização dela?

Trigo Agudo: Como eu já disse, desde muito jovem, eu estava em contato com os livros. Para mim, era muito normal. E, muito depois, eu adquiri consciência de que nem todos têm livros, porque não têm acesso, não gostam, seja lá o que for. E, claro, a primeira coisa que faço, quando me convidam para uma casa, é saber onde estão seus livros. Às vezes, na sala de estar, em sua sala de jantar, há uma pequena estante com enciclopédias e vinte livros – e é tudo o que há na casa. Então, sem discriminar, você já imagina por onde vão. Então, essa foi minha formação, sempre ligada a conhecer mais.

Uma vez que assumi o Ministério do Trabalho, então, a própria equipe que me rodeava era muito ligada ao tema de publicação, de produção. Quer dizer, havia sido muito importante o pouco que se pôde produzir durante a luta contra o neoliberalismo, o que fazíamos com fotocópias ou com alguns livros, como neste caso. Quer dizer, nós nos dávamos conta de que movia as pessoas, uma folheada, duas folheadas de um artigo, já levantava toda uma greve, não é? Então, o impacto já direto nos movia àquilo. Assim, no Ministério, uma das primeiras medidas que se tomou foi a de que havia que publicar. Havia que publicar e havia que publicar bem e muito. Então, que coisas iríamos publicar? Havia montantes orçamentários na Direção de Assuntos Sindicais para publicações e foram feitas as necessárias modificações orçamentárias. Obviamente, há toda uma luta burocrática para que o Ministério da Economia autorize que determinadas rubricas econômicas passem a ser outras, mas se conseguiu ter um bom montante econômico e, então, se disse: vamos publicar! Que coisas vamos publicar? *Manifesto comunista*, vamos publicar Marx, vamos publicar Lênin, vamos publicar autores como Frantz Fanon, quer dizer, vamos começar a publicar tudo o que se puder de autores estrangeiros com relação aos quais não tenhamos problemas com direitos de autor.

Não sei se com Stutchka e Pachukanis ignoramos essa situação (já que eu notei que vocês são muito cuidadosos com isso), mas, quer dizer, vamos publicar. E, se vai

haver alguma responsabilidade, que seja ao estilo dos mexicanos, que nacionalizam a cultura e publicam tudo, pelo menos fizeram isso no seu momento. Então, começou isso, e, logo, junto com eles, dissemos: “nacionais”. Textos como os que assinalei, alguns de Isaac Sandóval, de Aníbal Aguilar, do economista Pablo Ramos e de história do sindicalismo boliviano, de história do sindicalismo mundial... E começamos a publicar quase um texto a cada 10 dias. Quer dizer, foi uma loucura editorial. Faltava-nos equipe: então, não há problema, que se proceda a escanear o texto, a base do que vai ser! Há que se fazer as revisões? Então, sei lá, que a equipe de informática faça a revisão ou a equipe de administração ou a equipe de arquivo... E o pessoal protestava: “me contrataram como contador, eu estou na seção de contabilidade do Ministério, por que deveria revisar um livro?” Mas é que aqui todos são quadros dispostos à revolução, e quem não está disposto a fazer o trabalho de apoio à revolução, então, não precisamos desses técnicos. Sim, precisamos de técnicos, que sejam da melhor formação técnica, mas se não são políticos, se não são quadros políticos, não nos servem. Então, dessa maneira, foi possível fazer as revisões e alguém fazia uma segunda revisão, porque o que a imprensa entrega nunca é o que deve ser.

E, dessa maneira, dentro disso, dissemos que tínhamos que publicar Pachukanis e Stutchka. Em textos distintos, cada um merece seu próprio lugar. Na Direção de Assuntos Sindicais, o licenciado Miguel Pinto Parabá, comunicador social, era igual a uma locomotiva para o trabalho. Claro, quanto à parte do desenho gráfico, das capas dos textos, não podíamos usar as originais, tampouco o da minha edição, então há que fazer a sua própria capa, que se a desenhe... E olhávamos, sempre notando se nas capas dos livros estava a mensagem, e dessa maneira se aprovou e se publicou.

Eu estive 24 meses como ministro e deixei 56 livros publicados, e uns 10 livros na imprensa, já que, depois de que me fui, quem me seguiu continuou publicando. Se algo lamento é não ter publicado o dobro ou o triplo. Podíamos ter feito, suponho sacrificando o pessoal, como seja, mas podíamos ter feito. De todo modo, é o humilde aporte que se deixou no Ministério. O que era o importante, além do livro, para entregar gratuitamente aos trabalhadores, era a página *web*, porque nós dissemos que teria que estar na internet.¹ Que problema tivemos sempre? Querer acessar um livro de história da Bolívia, de sindicalismo boliviano, seja lá o que for, e não haver, ou eu tinha mas o emprestei, ou está em tal lugar, e onde eu consigo se tudo não está na internet? Como não vamos ter a história sindical, autores que

¹ Aqui pode ser acessada a página em que se encontra a biblioteca do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social da Bolívia: https://www.mintrabajo.gob.bo/?page_id=2520 .

escreveram sobre sindicalismo na Bolívia, para que no mundo nos vejam? E para o povo que está em Cochabamba, em Santa Cruz, aqui nos departamentos da Bolívia, não tenham a necessidade de vir a La Paz, procurar na biblioteca, para que possam acessar os historiadores, os pesquisadores. Então, essa foi a ideia.

Durante um ano, a página *web* foi cancelada. Em 2017, lamentavelmente, o novo ministro, por diferentes motivos, cancelou, e então houve uma reclamação que veio da sociedade, de historiadores da Bolívia. Uma reclamação que veio de fora, que se fez chegar ao ministro, em que lhe disseram que era um crime, porque as teses, e tudo o que estavam fazendo alunos em outros cursos, se enriqueciam com nossas publicações. E, então, o Ministério reativou a página *web* e, até hoje, está ativa e se segue enriquecendo. Não se publica tanto, mas os ministros continuam publicando, deve estar na casa de 100 livros, neste momento, a biblioteca social do Ministério.

InSURgência: De fato, um relato muito importante do panorama de como foram organizadas as publicações. Agora, nesse bloco final de questões, gostaríamos de poder escutar sobre René Zavaleta Mercado.

Trigo Agudo: Sim. René Zavaleta Mercado é um pensador importante na Bolívia. Digamos, por sua origem política nos anos de 1950, 1960. Depois da ditadura militar de Hugo Banzer, de 1971, Zavaleta não chegou a ser muito conhecido, não mais que uma figura política governamental do MNR. Mas finalizando a década de 1970, começaram a ser publicadas as obras de Zavaleta, como *O poder dual*, depois *Quatro conceitos da democracia*, enfim, e a esquerda já começa a olhar para ele, porque até aí Zavaleta é um pensador solitário que está trabalhando na Inglaterra, na Universidade de Oxford.

Já no início dos anos de 1980, com a queda da ditadura de Luis García Meza, e a abertura democrática com a Unidade Democrática e Popular (UDP), do presidente Hernán Siles, as obras de Zavaleta entram com muita força na Bolívia. E apesar de ele estar trabalhando sozinho, pois praticamente não há um grupo político que o esteja apoiando e seguindo, seu pensamento se converte em base necessária até o ponto de que, há uns 10 anos, um colega lançava a frase de Gonzalo Mendieta Romero, bastante jovem, quando ele falou que não há discurso político na Bolívia que não diga: “como disse Zavaleta Mercado, dois pontos, aspas e alguma frase solta de Zavaleta”. Então, todo aquele intelectual que faz política na Bolívia, necessariamente, está com ele.

Lamentavelmente, morreu muito jovem, e muito cedo, porque não chegou a finalizar a experiência governamental da UDP, do governo popular, e então não

vê a transição ao neoliberalismo. E, claro, nos privou da opção de como ele teria interpretado essa situação. Mas sim, como digo, até o dia de hoje, a força de Zavaleta é muita, e se estuda no curso de filosofia, em ciências sociais e em ciências políticas. Muito pouco em ciências políticas, mas, sim, se estuda. Muito mais em sociologia. No direito, é incrível que haja ausência, é muito, muito pouco o que se menciona de Zavaleta. E mais, eu fui parte disso, recentemente, há dois ou três anos, eu incorporei o pensamento da filosofia jurídica de Zavaleta, ou melhor, o pensamento jurídico de Zavaleta na filosofia jurídica. Mas é um trabalho que tem de ser feito e, olha, está sendo feito no Brasil, Stephanie Aparicio está avançando nisso, quando na Bolívia não se viu localizar o pensamento de Zavaleta em matéria jurídica. Mas há algo, é muito pouco, mas está lá.

InSURgência: Tendo isso em mente, queremos saber um pouco do panorama acerca da visão do direito e do estado que se pode encontrar em Zavaleta, e como sua teoria influencia o cenário atual da Bolívia. Como está essa perspectiva agora, já que, como conversamos, aqui no Brasil não temos muitas pessoas falando sobre?

Trigo Agudo: Zavaleta teve um período em que publicou sob a ideologia nacionalista revolucionária, onde estava a consciência nacional, a formação da consciência nacional. Isso chega até os anos de 1970, em que ele vai para o exílio, com o golpe militar do general Banzer. Já no exílio, ele desenvolve sua formação marxista. Intuo que, estando na Europa e depois no México, foi muito mais fácil para ele acessar teóricos de última geração, como o caso de Michel Foucault, por exemplo, que aqui chegou no início dos anos de 1980 e, ainda, com textos que eram manejados como segredos, muito reservadamente. Então, ele se formou. Em relação ao direito, eu entendo que, no estilo do que há, pelo menos, na Bolívia – mas acho que não estou muito longe de poder dizer na maior parte do mundo –, os juristas não desenvolveram teoria marxista própria para seus países. E eu entendo que é produto da formação.

Zavaleta é advogado, chegou a se diplomar como advogado, mas nunca exerceu a advocacia. Na realidade, ele sempre foi comunicador social, ele é um periodista de sucesso, seu próprio estilo de redação o credencia. E, bom, obteve um diploma de advogado. Por exemplo, no POR, Guillermo Lora, o chefe histórico do Partido Obreiro, que escreveu a tese de Pulacayo, Guillermo Lora se formou como advogado na Universidade de Oruro, mas nunca se diplomou. Ora, é um mistério o porquê de não ter se diplomado. Ele disse: “não, é que entre o Código Napoleão e o *Manifesto comunista*, eu escolhi o *Manifesto comunista*, e às favas o diploma, o diploma é para a pequena burguesia, para aqueles que querem subir escadas, o diploma para o trabalhador não serve”. Era a sua maneira de ser. Mas isso, por exemplo, gerou que 80% dos militantes universitários do POR não se diplomem

nas diferentes carreiras. Se o chefe, se Guillermo não se diplomou, por que eu me vou diplomar? Quer dizer, é um exemplo de vida.

Agora, quanto aos advogados, em particular, sempre os docentes que eu tenho, diziam o seguinte: o direito é a pior profissão, é a profissão que ajuda a burguesia a manter a dominação. Então, a única importância do direito para o marxista é o direito constitucional e, possivelmente, o direito penal. O que é mais fácil para um marxista? Ser laboralista. Porque o laboral está muito ligado aos trabalhadores, ao proletariado, a fazer propaganda, a fazer parte do sindicato. Então, isso te permite. Mas não para fazer direito laboral, mas porque liga aos sindicatos e você pode fazer parte dos trabalhadores. Por quê? Porque o direito não serve para nada. O critério geral é de que o direito não serve para nada. E mais, quando alguém dizia que deveríamos aprofundar os estudos de direito romano, direito civil e direito comercial, mercantil, então a resposta era ofensiva. Como você vai estudar direito civil? É o direito da burguesia!

Então, eu não conheço, na Bolívia, nenhum marxista nem advogado marxista que seja civilista. Não existe. E acho que muito dificilmente no mundo poderia encontrar. E que trabalhe, ganhe a vida fazendo processos em matéria civil e que escreva sobre isso. Por quê? Porque se vamos à revolução, o estudo do direito e do marxismo é para a legislação socialista. O que você vai fazer com o direito? Apoiar a burguesia? Então, esse mesmo pensamento está em Zavaleta, que, além disso, não era advogado-advogado. Tinha o diploma, mas advogado-advogado ele não era, ele era estadista e periodista. Então, Zavaleta desenvolve sua teoria da revolução lendo Marx. E, em uma última leitura que fiz de Zavaleta, há uns cinco meses para um seminário, então eu entendo que Zavaleta copia uns 80% de Lênin.

Então, para entender Zavaleta, há que ler Lênin com profundidade. E mais, em alguns casos, ele chega a plagiá-lo sem o dizer. Eu não acho que ele tenha tido má intenção, que seja depreciativo. Quando fala da revolução ininterrupta: aqui foi todo um debate nos anos de 1980, a revolução ininterrupta. Ou seja, não vai ser por etapas (estalinismo) e não vai ser permanente (trotskismo), vai ser a revolução ininterrupta. E, claro, desde o trotskismo, líamos e dizíamos: mas isso é Trótski. Lênin e Trótski! É o Lênin de 1917! Mas, como lhes digo, lendo há alguns meses, certamente, é o Lênin de 1917, Lênin já lançou essa consigna: vamos à revolução ininterrupta! Não fala de revolução permanente, pois Lênin não se tornou trotskista. Então, Lênin é chave no pensamento para Zavaleta.

Zavaleta parte do mesmo que, ao menos para o caso da Bolívia, disse o trotskismo. Guillermo Lora propôs que, em países atrasados como Bolívia, já não se vai desenvolver o capitalismo – tese trotskista para países atrasados. Por quê? Porque

o imperialismo já tomou conta do mundo, já não há espaço para o desenvolvimento de um único país. Mais que isso, as burguesias nacionais já se ligaram ao imperialismo. Então, Zavaleta repete a tese, rejeitada pelo nacionalismo e pelo estalinismo na Bolívia. Zavaleta toma essa tese e torna-se suspeito de ser trotskista. Mais, em segundo lugar, Zavaleta diz o mesmo que o trotskismo, ou seja, o pensamento de Guillermo Lora foi muito forte e influenciou muito *O poder dual*. É muito notório.

E Zavaleta diz: na Bolívia só resta opção para a revolução, a revolução socialista. Agora, ele assinala que a história da luta de classes na Bolívia, a história do século XX, é a luta entre a Central Obreira Boliviana e os governos burgueses, nacionalistas, militares, o que seja. A Central Obreira Boliviana e os governos burgueses. Dentro dessa contradição, o principal é a Federação de Mineiros. Então, ele diz: dentro dos movimentos sociais, é a Federação de Mineiros. E, dentro do bloco burguês, as forças armadas. Ele diz que se reduz, em última instância, ao enfrentamento militar entre mineiros e militares.

Porém, como um método de conhecimento: a crise. Ele lançou uma tese que é muito utilizada na Bolívia, mas muito discutida. A Bolívia é um país *abigarrado*, o conceito de que a Bolívia é um país *abigarrado*. O que significa? Que não é possível conhecê-la. Tudo está muito junto, muito misturado, muito enredado. É uma formação social *abigarrada*, onde há capitalismo, há comunidades, ainda no oriente boliviano, algumas tribos sob escravismo, outras são nômades. É muito *abigarrada* e não se pode chegar a conhecer. Desde logo, muitos têm indicado que não tem sentido. Mas ele diz que é possível conhecê-la quando a Bolívia entra em crise. Quando há crise econômica, crise social, aí é possível ver o que é a Bolívia. E, obviamente, pelos anos de 1970, anos em que ele está escrevendo, é um país capitalista atrasado que já não tem possibilidade de um desenvolvimento próprio capitalista e o único caminho é a revolução. Sua vanguarda, como todos já disseram na Bolívia desde os anos de 1940, é o proletariado.

Zavaleta começa a falar algo sobre o tema camponês. Mas ele ainda o vê como campesinato, como classe. Tem algo importante, quando ele diz sobre a mobilização da COB em 1979, contra o golpe militar de novembro de 1979: a mobilização da COB já não é mais uma mobilização operária, porque a mobilização operária era tomar as cidades com armas, avançar na insurreição. Mas a mobilização de 1979, que ocasionou a queda do governo militar e a queda do general Alberto Natusch Busch, em uma mobilização de greve de 15 dias, é uma mobilização campesina, que triunfa pelo bloqueio de caminhos que fazem os camponeses. A COB está deixando de ser operária. Há avanços assim, mas que são espetaculares quanto ao que vai acontecer ao país nos anos seguintes e à COB. Mas

já não entra a discutir o tema, que é o tema do ano de 1985 em diante, do novo sujeito histórico da revolução e, neste caso, das nações originárias, as nações indígenas originárias-campesinas. Desde o lado operário, é rechaçado o discurso: vê-se um discurso à Reinaga, um discurso muito indigenista, mas que depois, no fim de 1990, início de 2000, se recicla. Porque a pergunta é: alguém conhece um operário na Bolívia que seja branco, que seja brancoide? Não há.

Agora sim, já estamos no século 21, mas nos anos de 1980, 1990, havia um sobre mil, nas minas. O operário boliviano é indígena, é aimara ou é quéchua. Então, aí se fala da dupla potencialidade. O operário que, além de ser indígena, marca uma diferença. Zavaleta já não chega a esse debate, pressente-o, adianta-o, mas ainda não chega ao que logo seria a história atual da Bolívia. Agora, em relação ao direito, ratifica as teses clássicas de Marx e rompe com o causalismo estrutura-superestrutura. Zavaleta é muito ligado ao pensamento de Gramsci, então está querendo dar um lugar à superestrutura jurídica, mas não a desenvolve, não é advogado, não viu por dentro o tema, advogado diplomado, mas não de prática. Então, em seu pensamento, ele o está ligando à política. E ele diz que há concomitâncias, há regularidades no direito, que se vão dando cotidianamente dentro de um mesmo país.

E sobre essas tendências, essas concomitâncias, essas regularidades, uniformidades, é o que se pode considerar uma teoria jurídica. Bom, há muita aproximação no livro *Classes sociais e conhecimento*, aprofunda-o, mas ainda é muito externo à análise. Já implica tocar o direito, mas ainda é muito amplo. Talvez em uma próxima oportunidade possamos entrar em maiores detalhes sobre textos concretos e eu lhes posso passar antes, digamos, os textos selecionados que tenho, para que possamos trabalhar muito mais de perto com o material próprio de Zavaleta.

InSURgência: Sem dúvida, já estamos avançados no tempo, mais de uma hora e meia de conversa, mas é um panorama interessantíssimo o que você nos oferece. Se pudesse, porém, fazer uma avaliação objetiva sobre Guillermo Lora, como a faria? Porque, lendo a parte dedicada à Bolívia, em *O poder dual*, de Zavaleta, há muitas referências a Lora, personagem que nós conhecemos pouco, mas que parece ter influência sobre ele, ainda que seja uma influência ao mesmo tempo positiva e negativa, às vezes para o contestar, às vezes para nele se basear, como no caso daquela passagem sobre o semi-bonapartismo do general Torres. Assim, supondo uma avaliação objetiva, em pouquíssimas palavras, Lora teria qual peso nas obras de Zavaleta, especialmente aquelas sobre a revolução boliviana e a história do movimento operário?

Trigoso Agudo: Guillermo Lora é um dos autores mais importantes, na Bolívia. Lora sempre se considerou como um revolucionário profissional. Ele era um bolchevique, tenha sido ele ou não, mas ele dedicou toda a sua vida à formação do partido. Não lhe importava nada mais que o partido. O partido para quê? Para fazer a revolução. Para o bem ou para o mal, mas essa é a sua vida.

Dentro disso, Lora é um dos maiores publicistas da Bolívia. Lora publicou, por baixo, 500, 600 livros. Tudo isso está recolhido em obras completas, que devem ser uns 70 tomos ou mais, que nem sequer são completas, porque há muito que o próprio partido ou Lora não quis publicar, o que não lhe convinha. Nem sequer são obras completas, o que daria uma maior quantidade de livros. Então, tanto Lora como o Partido Obreiro Revolucionário influíram na Bolívia desde sua fundação, desde 1934, finalizando a Guerra do Chaco. Lora se tornou grande, com uns 17, 19 anos de idade, quando, em 1946, escreve a tese de Pulacayo e o Congresso Mineiro aprova a tese.

Até o dia de hoje, os mineiros e a Central Obreira Boliviana podem falar mal da tese, porém, ao final de tudo, dizem: nós ratificamos a tese de Pulacayo. E a tese de Pulacayo diz: não vamos estar, os operários, tranquilos enquanto não tomarmos o poder e instaurarmos a ditadura do proletariado. Por via democrática ou, preferivelmente, insurrecional. Então, qualquer governo – o governo de Evo Morales e outros – está bem, pode ser um avanço, mas não é nosso governo. Nós marchamos rumo ao socialismo. Então, essa é a influência. A partir desse momento, Lora se torna a oposição de esquerda do MNR, na revolução de 1952. E se torna sempre a oposição de esquerda dos governos populares, do general Torres, no caso de *O poder dual*, de Hernán Siles e a UDP, de 1982 a 1985, do próprio governo Evo Morales. Então, Lora os vê como Aleksandr Kérenski. Para Lora, não são outra coisa que Kérenskis, e ele é o Lênin-Trótski simultâneo que vai dar na revolução. O que outros fizeram é o fevereiro de 1917, Lora vai fazer o outubro de 1917. Então, essa é, digamos, a ideia, a chave em seu pensamento. Agora, como publicou tanto relacionado à política, ou sempre lhe dão razão ou o rejeitam, mas nunca foi a resposta indiferente: Lora é um agente da CIA, Lora está vendido ao imperialismo, Lora está louco, está fora da realidade... ou Lora tem a razão! Mas nunca a opinião foi indiferente. Então, é central também nas publicações históricas na Bolívia, dos intelectuais e da esquerda. Dessa maneira, Lora introduz o debate do poder dual, quando, em 1952, se discute se a COB é um órgão de poder ou é um sindicato. Então, Lora introduz o debate do poder dual, como foi na Rússia, como foi na Comuna de Paris, Lora o está introduzindo. A partir do momento em que ele introduz o tema, em 1970, Lora diz que a Assembleia do Povo é um poder dual, um órgão de poder. A maior parte da esquerda o rejeita, mas até o dia de

hoje, com Zavaleta de acordo, é tida como um órgão de poder. Então, há uma série de temas que Lora introduz e que ficam como parte da história da Bolívia.

InSURgência: Perfeito. Certamente, teremos que fazer uma nova conversa ou, mais que isso, um curso apenas sobre tal temática. Por fim, se quiser dizer algo a mais, seja sobre a problemática do pensamento crítico e marxista da Bolívia seja sobre os juristas soviéticos, ou ainda que combine as duas dimensões, fique à vontade!

Trigo Agudo: Muitos colegas, no caso da filosofia jurídica de Erick San Miguel, por exemplo, na UMSA, ou Carlos Conde, que ministra outras matérias, estão ao longo do tempo reivindicando estas publicações que fizemos de Pachukanis e Stutchka. Isto é, são pessoas dos anos de 1980 e 1990 que tinham a necessidade de acessar esses textos, mas que não o puderam fazer, e para quem, pelo menos no meio boliviano, nós pudemos socializar. Então, não foi um trabalho em vão e acho que, a partir do que vocês recuperam, penso que esse trabalho tem que continuar servindo e através do que vocês fazem, Ricardo, Stephanie e todos os companheiros que os apoiam, creio que têm que continuar com o trabalho que vocês estão fazendo.

InSURgência: Muitíssimo agradecidos, professor José Gonzalo.

Referências

TRIGOSO AGUDO, José Gonzalo. Prefácio à edição boliviana (2008). Tradução de Pedro Pompeo Pistelli Ferreira. Revisão de Ricardo Prestes Pazello. Em: STUTCHKA, Piotr. *O papel revolucionário do direito e do estado: teoria geral do direito*. Organização de Ricardo Prestes Pazello e Moisés Alves Soares. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Contracorrente, 2023, p. 49-74.

Sobre o entrevistado e o entrevistador e a entrevistadora

José Gonzalo Trigoso Agudo

Advogado trabalhista. Ex-assessor da Central Obrera Boliviana (COB). Ex-Ministro do Trabalho, Emprego e Previdência Social da Bolívia (2015-2017). Docente de Direito do Trabalho e de Filosofia Jurídica da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), em La Paz.

Ricardo Prestes Pazello

Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador em estágio pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Líder do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC/UFPR). Pesquisador do Grupo Temático de Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Coordenador do projeto de extensão/comunicação popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, integrante do coletivo Planejamento Territorial e Assessoria Popular (PLANTEAR), da UFPR.

Stephanie Mercedes Meireles Aparicio

Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC/UFPR). Foi Integrante do projeto de extensão popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular MAJUP Isabel da Silva (UFPR); foi integrante do projeto de pesquisa NEPEDIPOL Chile/Brasil - Observatório do Processo Constituinte Chileno, da UERJ em parceria com a Universidad de Valparaíso (2021-2022).